



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

19 DE JUNHO DE 2019

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Apresento-me nesta Comissão de Trabalho e Segurança Social para a última audição regimental desta legislatura.

Ao longo dos últimos anos, muitas medidas foram apresentadas, muitas questões foram esclarecidas, o debate democrático foi vivo e esclarecedor das posições assumidas pelo Governo e pelos vários partidos que compõem a Assembleia da República e foi com muito gosto que aqui debatemos estas questões.

Por isso, este momento é necessariamente de balanço e de prestação de contas. Um momento em que o Governo demonstra que cumpriu os seus compromissos assumidos perante esta casa e com todos os portugueses.

Na audição regimental anterior, referi-me a esta legislatura como “a legislatura do emprego de qualidade e das famílias”. Esta afirmação é uma



afirmação inequívoca porque os números assim o demonstram, sem margem para dúvidas.

O mundo do trabalho teve uma melhoria significativa em Portugal desde 2016.

Esta foi uma verdadeira mudança com impacto real na vida das famílias, das empresas e de todos os portugueses. Nos últimos três anos, a taxa de desemprego caiu de 12,4% para 6,8%, o seu valor mais baixo desde 2002, e inferior à registada na média da área do euro. O número de desempregados caiu 290 mil. Desta redução, 75% deveu-se à queda do desemprego de longa duração, são menos 216 mil portugueses que estão há mais de um ano sem emprego e à procura de emprego. Esta é a verdadeira cara do flagelo que o desemprego pode representar: procurar emprego há mais de 12 meses. E está a reduzir-se de forma muito acelerada, a cair 60%!

Estes números refletem-se no número de famílias assoladas pelo desemprego. Hoje há menos 240 mil famílias com desempregados no seu núcleo. E menos 90 mil famílias em que TODOS os seus membros ativos estão desempregados; eram 180 mil famílias em 2015 em que todos os seus membros eram desempregados. Uma redução de 50% no número de famílias em que todos estão desempregados.



Numa economia saudável, em que não há emigração decretada, o espelho do desemprego é o emprego. Os trabalhadores que recebem salário aumentaram 9% desde 2015, são mais 370 mil portugueses com emprego.

A população ativa aumentou 0,7%, situação que não ocorria desde 2010.

Desde 2016, 90% do ganho de emprego em Portugal é de trabalho assalariado, e destes 86% têm um contrato sem termo. Sim, um contrato permanente. Na realidade, 100% do ganho de emprego no primeiro trimestre deste ano foi com contratos permanentes!

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

O setor privado tem tido, nos últimos anos, um desempenho extraordinário, também no contexto europeu. A taxa de crescimento económico do setor privado tem-se situado em torno de 3% todos os anos. Repito, 3%.

Este dinamismo permitiu que entre 2015 e 2018 os salários pagos e declarados à Segurança Social tenham aumentado 8.200 milhões de euros. Um crescimento de 20%!

Entre 2015 e 2018 o número de portugueses que em cada mês declara rendimentos à Segurança Social aumentou 385 mil. Ou seja, num ano são mais



4 milhões e 600 mil meses de salários e empregos pagos aos portugueses face a 2015. Um aumento de 13%!

É para estes portugueses, para este muito maior número de portugueses com emprego, o salário médio aumentou 7% nestes três anos.

Tudo isto não se deve ao acaso, a milagres ou a fatores externos. Deve-se a um conjunto de políticas estrategicamente orientadas, através das quais o Governo tem criado as condições para a dinamização da economia, das qualificações e do emprego.

É neste quadro que o Governo tem também percorrido um caminho de valorização e capacitação da Administração Pública para melhor servir o país. Só com trabalhadores motivados e capacitados podemos ter melhores serviços públicos para servirem os cidadãos e as empresas.

As opções que tomámos foram ponderadas e tomadas em diálogo social, valorizando o papel dos representantes dos trabalhadores.

Neste aspeto há aqueles que ao longo da legislatura foram mudando de posição e acabaram a prometer tudo a todos. Também os que criam expectativas irrealistas junto dos trabalhadores, prometendo hoje o que o passado mostrou não ser possível cumprir.



O Governo definiu com clareza o caminho, desde logo no seu Programa, que cumpriu, com discernimento e coerência.

Só assim é possível construir um futuro sólido, baseado na credibilidade. Com opções tomadas com responsabilidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A nossa atuação tem sido organizada em torno de 3 eixos que importa recordar: a valorização dos trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e a modernização da gestão pública.

Na valorização dos trabalhadores, o Governo tem desenvolvido todas as dimensões da valorização.

Na dimensão remuneratória:

- Procedemos à reversão dos cortes salariais para todos os trabalhadores;
- Repusemos o horário de trabalho das 35 horas para os trabalhadores com vínculo de emprego público, que alargámos, posteriormente no SNS, aos trabalhadores abrangidos pelo Código do Trabalho;



- Repusemos o valor das horas extraordinárias e, no SNS, também as horas de qualidade;
- Concretizámos o descongelamento das carreiras, que já abrange 400 mil trabalhadores;
- Procedemos à elevação da base salarial na Administração Pública para 635,07€;
- Em janeiro de 2019, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo na AP situava-se em 1.478,6€, correspondendo a uma variação de 7% face a 2011 e de 5% face a 2015.

Na dimensão da qualidade do emprego:

- Continuamos também empenhados no combate à precariedade e o PREVPAP é o maior exemplo disso. O número de processos homologados com parecer favorável ascende a 13.222. O número de processos homologados com parecer desfavorável é, neste momento, de 1.662. Isto corresponde, na Administração Central, a 1.621 concursos abertos com 9.211 postos de trabalho; na Administração Local, 4.002 concursos abertos com 9.618 postos de trabalho. No setor empresarial do estado, em que a regularização de vínculos não carece de concurso, foram homologados 1.212 pareceres favoráveis e 331 pareceres desfavoráveis.

Na dimensão do reforço e rejuvenescimento dos serviços públicos:



- O emprego público representa, no final do 1.º trimestre de 2019, 14% da população empregada, mantendo uma elevada taxa de feminização, na casa dos 60%;
- O número de funcionários públicos face a 2015 aumentou mais de 30 mil. Sectorialmente, o reforço mais expressivo regista-se em várias áreas consideradas prioritárias por este Governo: na **saúde**, com mais 11.500 trabalhadores, entre os quais +4.200 médicos, um crescimento de 16%, e +4.600 enfermeiros, um crescimento de 11%; na **educação** +8.029 educadores de infância e docentes, um crescimento de 5%; e no **ensino superior**, +4.012 trabalhadores entre docentes, investigadores e técnicos superiores, um crescimento de 11%;
- Estes números demonstram que a aposta no reforço da Administração Pública também se faz de forma transversal em todas as carreiras, e também nas carreiras gerais. E é nesta linha que, recentemente, definimos para 2019 um contingente de 1000 trabalhadores qualificados a recrutar, num procedimento centralizado a lançar brevemente, para reconstituir e revitalizar o corpo técnico da AP, apostando nas áreas estratégicas do Estado e recuperando a sua massa crítica;
- A percentagem de trabalhadores com ensino superior na AP aumentou 6% desde 2015, depois de ter caído 3% na legislatura anterior.

Mas a valorização dos trabalhadores também se faz através de oportunidades de aprendizagem, para reforçar as suas competências.



Por isso, na dimensão da capacitação dos trabalhadores:

- Avançámos em fevereiro com o programa Qualifica AP, para que os trabalhadores elevem as suas qualificações e disponham de mais e melhores oportunidades profissionais;
- Será publicado em breve o regulamento do programa de capacitação avançada para trabalhadores em funções públicas, que substitui o curso que proporcionava uma entrada paga na Administração Pública;
- Definimos, em março, três novas áreas estratégicas para a formação profissional, para o desenvolvimento de (i) competências de inovação, (ii) competências de liderança e (iii) competências digitais.

Todas as medidas tomadas, desde o reforço dos meios humanos, ao descongelamento das carreiras, da reposição das 35 horas ao aumento da base remuneratória da Administração Pública, representam, em 2018, um esforço adicional de despesa de 800ME anuais, o que se traduz num aumento médio de 3,1% na remuneração por trabalhador.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Para que existam trabalhadores motivados, produtividade nos serviços e qualidade no valor que diariamente entregamos, não podem ser descuradas as condições de trabalho, nas suas componentes físicas, organizacionais e psicossociais e a dimensão da gestão.



Aprovámos, por isso, em fevereiro, o **Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho** na Administração Pública 2020, estando já em curso um plano de capacitação de dirigentes e trabalhadores. Está também prestes a ser lançado um diagnóstico em matéria de serviços de SST na Administração Pública.

No plano da gestão:

- Foi criado um grupo de trabalho para rever e simplificar o acervo dos instrumentos de gestão, cujas propostas serão testadas em piloto;
- Foram preparados novos instrumentos que potenciam modelos de gestão que proporcionam ambientes de trabalho positivos e inovadores: é o caso do primeiro dia de escola, recentemente aprovado, para estimular a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar; é também o caso do programa de incentivos à inovação na gestão pública, aprovado há menos de um ano e que já tem resultados muito expressivos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Hoje há mais trabalhadores na Administração Pública e esses trabalhadores tiveram o seu ganho médio aumentado nesta legislatura. Têm sido tomadas medidas promotoras da segurança e saúde no trabalho. Têm sido criados mecanismos para uma gestão participada e positiva.



É inegável a amplitude e profundidade do investimento deste Governo na Administração Pública.

O Governo desempenhou o seu papel de garante da sustentabilidade do país, também na dimensão orçamental, da justiça social, da equidade entre os trabalhadores e da promoção de um futuro com perspetivas para todos.

Muito obrigado.